

CAPÍTULO 13

O PODER DAS FAMÍLIAS E AS FAMÍLIAS DO PODER

JOSÉ MARCIANO MONTEIRO

O poder das famílias a que me refiro está vinculado às famílias do poder. Estas são as famílias que possuem o poder de decisão a partir da posição que ocupam no espaço social. Refiro-me as famílias que constituem no Brasil o poder econômico, político, jurídico e midiático. Estas que formam o que denominamos de classe dominante. São famílias que detém o poder de decisão e de influência sobre os rumos tomados no mundo social, a partir das duas principais instituições modernas: Estado e mercado. Não se trata de algo abstrato, mas de uma configuração de poder que se estabelece por aqueles que estão posicionadas nas principais instituições e instâncias de decisões da sociedade, quer seja no Estado ou no mercado. Famílias que, historicamente, estiveram posicionadas nos melhores (também os mais bem pagos) cargos da república. Os poderes de tais famílias a que me refiro se materializam em pessoas com nomes e sobrenomes. As famílias do poder ocupam posições estratégicas no Estado e no mercado por possuírem volumes expressivos de capitais (econômico e político-familiar fundamentalmente). Os capitais, portanto, por elas acumulados têm possibilitado o exercício do controle numa variedade de instituições.

No dia 17 de abril de 2016¹, por exemplo, se tornou visível o poder que tais famílias exercem. A centralidade que elas assumem no parlamento e o poder de decisão que possuem. Poder que se expressou na retirada de uma presidente legítima, eleita pelo voto popular, mas que, por não compactuar com os interesses dos grupos familiares, foi destituída do cargo, por meio de

¹ Processo de <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html> Impeachment Dilma. Disponível em. Acesso 29. Setembro. 2017.

uma articulação entre as famílias que compõem o grande capital, aquelas que estão no topo e perfazem 0,01 %, correspondendo aos mais ricos e mais endinheirados. Estas, por sua vez, atrelam-se as que, também situadas no topo, controlam os meios de produção simbólica da dominação – a grande mídia, que, atrelada a agentes bem posicionados no poder judiciário, pautam a agenda deste poder, a partir da construção constante da “opinião pública”. Ou seja, todos pertencentes àqueles que perfazem o extrato de até 1% mais ricos da sociedade construíram e legitimaram a narrativa do golpe, sob o consenso da ampla maioria da classe média. Esta que, em relação à maioria dos brasileiros que sobrevivem da renda exclusiva do trabalho e dos benefícios sociais, ainda ocupam uma posição privilegiada. A classe média é aquela que, não sendo dona dos meios de produção e nem endinheirada como aqueles que estão na fração de 0,01% mais ricos do país, foi às ruas com a “cabeça feita” e os cérebros dominados pela narrativa de que a corrupção é o principal problema do país e que o problema era de um partido. O ódio de classe tornou-se as lunetas pelas quais a classe média fez a leitura dos escândalos de corrupção. Não conseguiu visualizar que uma fatia muito pequena da sociedade de famílias poderosas dita as agendas e camuflam a corrupção substantiva que alimenta o sistema financeiro, por meio de juros e sonegação de impostos, muitas vezes legalizada e amparada pelo poder judiciário.

As manifestações, por exemplo, a favor do impedimento da presidente, no auge do protesto, de acordo com pesquisa do Data Folha eram significativamente compostas por pessoas brancas e os salários entre 5 e 20 salários mínimos², o que as situam muito distante dos milhões de brasileiros que sobrevivem do trabalho e venda deste em troca de um salário mínimo. Não perceberam que o principal problema do Brasil, ainda continua sendo a abissal desigualdade de renda e de acesso aos bens e serviços prestados pelo Estado. Dito em poucas palavras, as famílias do poder são aquelas posicionadas no topo da pirâmide; as que recebem os melhores salários da república, além de outros expressivos auxílios que lhes garantem constituir-se na classe abastada e, por consequência, aquela que sobrevive dos privilégios produzidos pelo Estado e de rendas oriundas do capital. Estes grupos familiares e pertencentes à classe dominante, muito dificilmente conseguiriam se reproduzir e se manteriam no poder sem a magia das mitologias fundadoras, ou seja, a crença difundida na superioridade moral e na ideologia do mérito incorporada à classe média, que tem permitido o consenso e a legitimação das práticas de usurpação da riqueza

² O perfil dos manifestantes na avenida paulista. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>. Acesso 30. Setembro. 2017.

nacional, por meio de um sistema fortemente ideológico de dominação, mantido pelos que perfazem os 0,01 %, alicerçado na ideologia do mérito e da concorrência entre os indivíduos.

O último relatório da organização Não-Governamental britânica Oxfam divulgado, em 25 de setembro de 2017, destaca que seis bilionários mais ricos do país detêm a mesma riqueza e o patrimônio correspondente aos 100 milhões de brasileiros mais pobres. O ranking da “Forbes 2017”³, por sua vez, apresenta os três irmãos, herdeiros de Roberto Marinho – dono das organizações Globo, parceira do Golpe de 1964 e arquiteta midiática do golpe de 2016 – João Roberto Marinho, Roberto Irineu Marinho e José Roberto Marinho, com uma fortuna de 10,76 bilhões de reais, cada, o que os coloca entre as seis maiores fortunas do país. Soma-se, a isso, o entendimento da Suprema Corte do país – STF, que acabou com o teto constitucional e liberou os supersalários⁴ para aqueles que acumulam dois empregos públicos, tornando, assim, o céu o limite.

Esta decisão é tomada pela maioria do Supremo Tribunal Federal num contexto de profunda crise econômica, política e institucional, em que milhões de pessoas adentraram as estatísticas do desemprego, e que as disputas entre os poderes, que constituem a frágil “república” brasileira, se tornam visíveis. Somam-se a isso, as denúncias de corrupção, envolvendo todos os poderes da república (incluindo o Judiciário e o Ministério Público), que passam a ser escandalizados por envolvimento de alguns operadores do sistema de justiça (Juizes, desembargadores e promotores) receberem quantias que ultrapassam os limites do teto constitucional, como foi o caso, por exemplo, do Juiz Mirko Vincenzo Giannotte, titular da 6ª Vara de Sinop/MT, em que seu contracheque bateu em R\$ 503.928,79 no mês de julho⁵ Isto num país em que, aproximadamente, 13,5 milhões de brasileiros estão desempregados⁶. Nesse sentido, o que há em comum entre tais agentes, pertencentes a estas famílias do poder, a esta fração de até 1% mais rico? A que família pertence? Quais são os sobrenomes? O que os unem em termos de disposições e comportamentos? A que estrato da sociedade pertence? Que lugares frequentam? O que consomem?

Estas questões nos ajudam a pensar as estratégias de reprodução dos privilégios por aqueles que ocupam posições estratégicas nas instituições públi-

³ Os brasileiros mais ricos de 2017. Disponível em <https://exame.abril.com.br/negocios/estes-sao-os-brasileiros-mais-ricos-de-2017-segundo-a-forbes/> Acesso. 29. Setembro. 2017.

⁴ STF permite salário acima do teto constitucional. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/stf-permite-salario-acima-do-teto-constitucional-em-caso-de-acumulo-de-cargos.ghtml> Acesso. 29.setembro.2017.

⁵ Corregedoria suspende salário de juiz que recebeu mais de R\$ 500 mil. Disponível em <http://odia.ig.com.br/brasil/2017-08-16/corregedoria-suspende-salario-de-juiz-que-recebeu-mais-de-r-500-mil.html>. Acesso 30.Setembro. 2017.

⁶ Desemprego fica em 13,7 milhões. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-137-no-1-trimestre-de-2017.ghtml> Acesso. 29. Setembro.2017.

cas e privadas no país, através da família, bem como nos ajuda a identificar objetivamente as famílias que formam a classe dominante no país.

Este texto, portanto, pretende 1) Identificar as “elites” que constituem a classe dominante no país; 2) Tecer alguns apontamentos sobre como a classe dominante se reproduz e mantém os privilégios no Brasil; e 3) Exemplificar estruturas de poder a partir das famílias do poder, tendo como recurso metodológico a genealogia; e, por último, nas considerações finais, destacar o processo de oligarquização que vem ocorrendo no país.

“ELITES” que formam a classe dominante no Brasil

No Brasil a classe dominante se constitui e se materializa, de forma relacional, por meio de quatro “elites”:

1) “elite” do capital econômico – aquela que majoritariamente dita às regras da economia e do mercado, por meio da apropriação do Estado e da riqueza nacional;

2) “elite” política (parlamentar e executiva) – a que historicamente mantém relação com a “elite” do capital econômico e atua com esta e, em certo sentido, também para esta, muitas vezes, no interior do Congresso Nacional, via aprovação de projetos de Lei, que a beneficie;

3) “elite” da grande mídia (concessão estatal) – nacionalmente controlada por pouco mais de cinco famílias – e que exercem enorme poder no que tange a fabricação da “opinião pública” e de agendas para o parlamento e setores do judiciário. Trata-se de poderosos grupos familiares, que atuam na relação e com os agentes das poderosas famílias que atuam no mercado e na política regional. A “elite” da grande mídia constrói diuturnamente percepções e concepções de mundo que legitimam práticas e interesses da classe dominante;

4) “elite” de toga – que, historicamente, legitima a prática (da elite do capital econômico e da elite política), construindo pela narrativa jurídica o véu da legalidade, práticas injustas, porém legais, diante do sistema de tributação que privilegia consumo em detrimento da herança e das grandes fortunas.

Estas “elites” formam a classe dominante no país. A classe que detém o controle do maior quantum de capital econômico e riqueza nacional, constituída pelas famílias dos banqueiros, donos da mídia, donos das grandes extensões

de terras – do agronegócio, das grandes empreiteiras e de outras grandes empresas de exportação. Empresas controladas por famílias, como é o caso da JBS, empresa do setor alimentício, que tinha a frente de seus negócios, até bem pouco tempo os irmãos Wesley Batista e Joesley Batista, filhos daquele que traz as iniciais da empresa José Batista Sobrinho⁷, que recentemente assumiu o comando dos negócios, após os filhos serem presos, indiciados pela polícia federal pelos crimes de manipulação de mercado e uso indevido de informação privilegiada, com o agravante de abuso de poder de controle e administração⁸. As famílias do poder, quase sempre, agem de forma orgânica e em rede. Seus interesses de classe se coadunam quando os privilégios são postos em questão. O movimento por elas realizado se dá no sentido da proteção dos privilégios. Isto se torna mais perceptível quando agentes do parlamento tenta emplacar projetos-lei que inviabilizem, por exemplo, privilégios do poder judiciário. E vice-versa. Os interesses que permeiam as ações dos indivíduos pertencentes a estas “elites” se coadunam legitimando a “elite de rapina”, em que, por meio da taxa de juros, os bancos drenam as nossas riquezas, numa verdadeira rapinagem sem que tal ação seja considerada crime ou tipificada como corrupção (SOUZA, 2016).

Os estudos de pesquisadores como Hoffmann (1998), Cattani & Oliveira (2012), Piketty (2013), Medeiros, Souza & Castro (2015), Afonso (2014) e Souza (2016), tem destacado a brutal concentração de renda no topo da pirâmide. Todavia, não tem levado em consideração, ainda, a variável família. As análises, quase sempre, se concentram na unidade “indivíduo”. Isto, em grande medida, devido aos dados disponibilizados pela Receita, serem catalogados a partir das informações da Tabela de Imposto de Renda, por meio do CPF de cada indivíduo. A hipótese que tenho é que se agruparmos as declarações a partir da unidade contida no grupo familiar, das famílias do poder, teremos uma concentração de renda ainda mais gritante. As pesquisas realizadas por Canêdo (1997), Oliveira (2001, 2012, 2015), Goulart (2014), Monteiro (2016), Vanali (2013), nesse sentido, tem contribuído para desvendar a concentração histórica de poder político e econômico, das famílias do poder. Estas pesquisas, portanto, tem se complementado no sentido de denunciar as formas de concentração de poder e riqueza, por meio da reconstrução genealógica destas famílias. Assim, o entendimento da configuração destas quatro “elites” – que

⁷ Saiba quem é Wesley Batista, um dos donos da JBS, preso pela PF. Disponível em <http://veja.abril.com.br/politica/saiba-quem-e-wesley-batista-um-dos-donos-da-jbs-presos-pela-pf/> Acesso. 30. Setembro. 2017.

⁸ Joesley e Wesley Batista são indiciados pela PF por suspeita de crime financeiro. Disponível em <http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2017-09/joesley-e-wesley-batista-sao-indiciados-pela-pf-por-suspeita-de-crime>. Acesso. 01.outubro.2017.

formam a classe dominante no país – e a reprodução dos privilégios, perpassam, em grande sentido, pelas estratégias desenvolvidas por estas famílias do poder, no que tange às relações que estabelecem historicamente com o Estado e o mercado brasileiro.

Apontamentos sobre como a classe dominante se reproduz e mantém os privilégios no Brasil

Tendo a família como unidade de análise, algumas estratégias podem ser apontadas para a reprodução dos privilégios, perpetuação e permanência das famílias do poder que constituem as “elites” acima destacadas. O mapeamento das posições dos indivíduos pertencentes às famílias do poder no aparelho de Estado e nas empresas do mercado sinaliza para a constituição de uma rede muito bem articulada de poder. As estratégias de reprodução e permanência – de geração a geração – de herdeiros das famílias do poder em cargos da alta burocracia e no controle de cargos das grandes empresas do mercado constituem práticas essenciais para a manutenção e ampliação dos diversos tipos de capitais construídos, acumulados e transmitido pelo grupo familiar. Soma-se a isso algumas lógicas e práticas que são desenvolvidas pelas famílias do poder que tem possibilitado, mesmo em sociedades democráticas, garantir a permanência destas famílias – ao longo da história – ocupando os principais postos e acumulando riqueza e poder, impossibilitando a ascensão daqueles que são desprovidos de capital. Trata-se de estratégia utilizada pela classe dominante e que, portanto, tem permitido a manutenção, permanência, transmissão e reprodução do poder, a partir das famílias do poder, são elas:

a) **A lógica familiar da empresa** – Grandes empresas, poderosas famílias. O que tem permitido a concentração de riqueza e poder sobre controle de poucos indivíduos. Como exemplo tem-se, no Brasil, as famílias: Odebrecht, Marinho, Setúbal, Moreira Salles, Batista Sobrinho, Gerdau, Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Diniz, Moraes, Malucelli, dentre outras.

b) **A lógica do nepotismo** – Familiares atuando em diversas instituições e garantindo o acesso a informações privilegiadas nos altos poderes da “república”. Trata-se de uma lógica em que os indivíduos atuam por meio de uma teia de relações, ou mesmo, redes de relações nepóticas, que se instauram a partir do parentesco. Indivíduos que atuam, por assim dizer, por meio de posições estratégicas ocupadas na alta burocracia estatal e

em cargos eletivos. Além do nome de família o que há em comum é o *habitus* de classe a que pertence;

c) **A lógica do matrimônio** – A importância que assumem os eventos, jantares, viagens, congressos, dentre outros. Pessoas pertencentes à mesma classe e grupos econômicos, frequentam os mesmos espaços, e, por conseguinte, casam-se, quase sempre, entre si, ou seja, com indivíduos pertencentes ao mesmo universo e da mesma origem e posição social, o que tem permitido ao unir-se pelo matrimônio, unirem-se os matrimônios;

d) **Sucessão patrimonial e a lógica da herança entre os ricos** – Lógica essencial para a transmissão da riqueza e do poder de uma geração a outra. Heranças materiais e simbólicas são transmitidas pelo grupo familiar. O destino dos herdeiros das famílias do poder é traçado no “berço”. O destino que vem do berço, a origem social como condição para o acúmulo de riqueza. Nascer em uma destas famílias do poder é saber que não é o “mérito” que lhes garantirá a ascensão. Esta é uma condição dada ao nascer, já nasce ascendido, destinado a ocupar posições estratégicas e de comando, quebrando, assim, todas as falsas ilusões de que a condição para se tornar rico é pelo trabalho e pelo “mérito”;

e) **Escolarização das elites** – A escola funciona como um dos lócus estratégico de construção, transmissão e reprodução dos valores das classes e das frações de classes. Os filhos das elites escolarizam-se em espaços de formação construídos especificamente para eles – em escolas de elites. Nestes espaços, reforça-se e constroem-se *habitus* de classe, as matrizes de percepções e ações que orientam o agir dos indivíduos pertencentes às famílias do poder, além de construir redes duráveis de relações – amizades, sociedades empresárias – que ultrapassam o espaço escolar.

f) **Evasão fiscal e Redução de alíquotas fiscais aplicadas a pessoas jurídicas** – Grandes empresas e conglomerados maximizam seus lucros pagando menos impostos. Fazem isso, usando paraísos fiscais ou fazendo com que os países concorram uns com os outros na oferta de incentivos e isenções fiscais e de alíquotas tributárias mais baixas⁹;

⁹ Uma economia para os 99% Disponível em https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/economia_para_99-relatorio_completo.pdf. Acesso. 01.outubro.2017.

g) Sonegação de Impostos e Compras de parlamentares - Pagar o mínimo possível em impostos é uma estratégia fundamental daqueles que formam a classe dominante. Para esses fins, usam uma rede global secreta de paraísos fiscais ativamente, como revelado pelos chamados “Panama Papers” e outras fontes. Os países competem para atrair os super-ricos, vendendo sua soberania. Muitos dos super-ricos também usam seu poder, influência e relações para influenciar círculos políticos e garantir que as regras os favoreçam. Os bilionários do Brasil fazem lobby para reduzir impostos¹⁰.

É, nesse sentido, e por este sentido que o espírito e corpus de família se tornam essencial para a realização de ações e práticas que favorecem a concentração de poder político e riqueza. As pesquisas sobre famílias do poder desenvolvidas por Oliveira (2001), Monteiro (2016) Vanali (2013) e Goulart (2014) tem destacado como agentes pertencentes às famílias do poder atuam em variadas instituições por meio de uma consistente teia de nepotismo muito bem articulada que perpassam pelas quatro “elites” destacadas, formando, assim, um corpus orgânico da classe dominante no país. A concentração de poder e riqueza perpassam por grupos que possuem disposições interiorizadas muito próximas; saberes e práticas (código de linguagem restrito) que permitem acessar as instituições do Estado e do mercado, por meio de práticas, muitas vezes, ilícitas, mas que, mascaradas e legitimadas pela linguagem jurídica, transformam-se em práticas lícitas.

Atuar nas instituições do Estado e do mercado, pertencendo à fatia de 1% a 0,01 mais ricos do país, permite, a partir da posição que os sujeitos ocupam ter acesso restrito a bens produzidos socialmente, que, muito dificilmente, as classes pobres terão. O espaço de formação destas elites – a exemplo das escolas – é completamente diferente das escolas em que se forma a maioria dos brasileiros pobres. Tem-se, assim, uma formação voltada para os valores da classe dominante. Controlam e internalizam, sobretudo, códigos específicos do grupo. Inserem-se em espaços de sociabilidades, a partir da posição social, típicos da classe a que pertence. Constroem redes duráveis de relações, participando de eventos, festividades, viagens, congressos, feiras de negócios, típicos da condição oportunizada pela classe na qual está inserido. O que fortalece a construção de laços que reforçam os vínculos e permitem, por assim dizer, a construção das relações de conhecimento e reconhecimento, que alimentarão a

¹⁰ Uma economia para os 99% Disponível em https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/economia_para_99-relatorio_completo.pdf. Acesso. 01.outubro.2017.

construção social dos casamentos entre os indivíduos pertencentes ao estrato social¹¹.

Estes indivíduos pertencem às famílias do poder, situados no conjunto que formam estatisticamente 1% mais rico do país. São indivíduos que, de acordo com a posição social que ocupam no espaço social, estudam e compartilham valores e percepções de mundo aproximadas. Possuem tempo livre para se dedicar aos denominados “cursos de elites”, que, se anteriormente se restringia aos cursos de Medicina e Direito, atualmente passam também pelos cursos de Administração e Economia, além dos MBA, cursos que darão sustentáculos, para prosseguirem administrando os negócios da família. E, no caso específico de Direito, para ocuparem os melhores cargos na alta burocracia estatal (órgãos de controle do Estado e no poder Judiciário). O que leva, muitas vezes, a crer que esta inserção se deve ao “mérito”, como se aqueles – a maioria dos brasileiros – que dividem seu tempo entre o trabalho e o estudo – não conseguissem alcançar tais postos em decorrência do demérito. Assim, não atentam que, além das condições materiais e objetivas de existência, acessar cargos, da alta burocracia estatal, requer tempo e uma rede de relações extremamente sólida, requer, especificamente, o uso do capital familiar e cultural, além, claro, da aquisição de outros capitais específicos. Algo que se torna difícil para aqueles oriundos das classes populares.

Esta lógica dominante, em tempos neoliberais, camufla a profunda desigualdade de acesso e de oportunidade, produzida socialmente, numa sociedade, conforme salienta Jessé Souza (2016, p. 119), em que “70% das pessoas não possuem privilégios de qualquer espécie”. A lógica histórica montada e construída pela classe dominante (constituída por essas quatro “elites”) é uma lógica de reprodução dos privilégios, por meio de estratégias montadas pelas famílias do poder, que atuam no mercado, drenando nossas riquezas e a força de trabalho de milhões de brasileiros. Estas quatro “elites” agem permeadas por valores e práticas que tem permitido a prevalência da lógica dos privilégios sobre a lógica do direito e do acesso igualitário normativamente aos bens socialmente produzidos. O “nascer” torna-se uma condição, senão a condição para o destino. O destino vem do berço.

¹¹ Esta classe dominante a que nos referimos, segundo o economista, Marc Morgan Milá, em entrevista à Folha de São Paulo, refere-se objetivamente ao grupo de indivíduos que formam 1% mais ricos. Este grupo tem cerca de 1,4 milhão de pessoas, com renda anual a partir de R\$ 287 mil; e ao grupo que corresponde a 0,1% mais rico reúne 140 mil pessoas com renda mínima de R\$ 1,4 milhão. A brutal concentração se expressa quando se observa que a renda média anual de toda a população é de R\$ 35 mil. O que demonstra a alta concentração do capital em poucos indivíduos, conforme: Desigualdade no Brasil é escolha política, diz economista.

Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1921236-desigualdade-no-brasil-e-escolha-politica-diz-economista.shtml>. Acesso. 03.Outubro.2017.

No legislativo, por exemplo, as votações, quase sempre, são para beneficiar, os interesses daqueles que “financiaram suas campanhas eleitorais”, ou seja, a “elite” política em prol da “elite” do capital. Para isso, até bem pouco tempo, a “elite” de toga, seguia com o argumento jurídico de que o financiamento das campanhas se dava por meio de “doações” legais. Como se, as ditas “doações”, já não alterassem, mesmo dentro da legalidade, as disputas, tornando-as desiguais, para aqueles que concorriam sem o recebimento das ditas “doações”. A “elite” de toga que aceitou durante muito tempo as “doações” como legal e justa é a mesma que, por meio de alguns de seus operadores, fecha as portas para os pobres e abre janelas, concedendo habeas corpus, para os privilegiados que a este poder recorre. Num ritual de exclusão/discriminação, segundo a fronteira de classe, de rendimentos e de saber. Fronteira esta que transforma o sistema de justiça do Brasil, no mundo prático, em um sistema de injustiça, sistema proporcionalmente mais caro para os mais pobres quanto ao acesso e, contraditoriamente, um dos sistemas mais caro do mundo quanto à manutenção das regalias e privilégios da “elite” de toga. No executivo e midiático, portanto, seguem os padrões de controle da representação político-familiar e da seletividade da notícia, que, ao invés, de formar, deforma pela parcialidade e a forma distorcida pela qual difunde as informações.

Assim, a análise sobre a classe dominante, perpassa pelo mapeamento das famílias do poder, pela identificação dos nomes, sobrenomes, CPF, patrimônio e renda dos agentes. Ou seja, perpassa pela resposta a quatro questões, fundamentalmente: Quem são? Como vivem? Como construíram o patrimônio? E como mandam (como operam a dominação)? Tais questões para serem respondidas necessitam do recurso à história e a genealogia, como recurso para a compreensão, de períodos de longa duração de atuação da classe dominante, por meio do levantamento dos “nomes” e dos “sobrenomes” dos indivíduos pertencentes às famílias do poder. O recurso à genealogia, conforme destaca Oliveira (2001; 2012), é uma ferramenta metodológica essencial para mapear e identificar as redes de poder que são construídas pelas famílias pertencentes à classe dominante. Permite visualizar como as redes de atuação da classe dominante se dão no âmbito das instituições ditas republicanas (legislativo, judiciário, executivo), bem como nas instituições de controle (TCU, TCE, Ministério Público, dentre outras) formando, assim, uma complexa teia de nepotismo, que tem se tornado mais visível a partir dos diversos escândalos de corrupção envolvendo inúmeras famílias do poder, pertencentes à classe dominante.

A perspectiva analítica que tenho destacado é que identificar pelo nome, sobrenome, desvendando patrimônio e renda do grupo familiar, transforma o

estudo sobre classe dominante muito mais concreto e objetivo. Ou seja, é se perguntar sobre as origens do grupo familiar? Como construiu o patrimônio? Que relações, quais atividades, desenvolveram, desenvolvem e/ou mantêm com o aparelho de Estado e com as grandes empresas do mercado e da mídia? Quais orçamentos controlam? E quais cargos ocupam e há quanto tempo? Responder essas questões, mapeando e identificando nomes e sobrenomes é dar carne e osso aos agentes das famílias do poder que formam a classe dominante no país. A não identificação dos nomes e sobrenomes, dos agentes que detêm o maior quantum de capital, conduz a pensar as instituições modernas (Estado e mercado, por exemplo) como entidades impessoais ou mesmo transcendências secularizadas, que agem por si e per si, como se não tivessem agentes com nomes e sobrenomes, CPF e RG, seres de carne e osso, operacionalizando e decidindo sobre os rumos destas instituições.

A chave de compreensão da classe dominante por meio do mapeamento das famílias, com nome e sobrenome, permite-nos sair das transcendências secularizadas, que tem se tornado o mercado e o Estado em tempos neoliberais. Instituições que tem sido reificadas como entidades quase que “metafísicas”, que se sabe da sua existência, mas não sendo possível visualizá-las, por meio da complexa rede de relações que se estabelecem pelos que controlam significativamente a riqueza e o poder. Estado e mercado são instituições que se materializam em práticas realizadas por pessoas de carne e osso. Mapear as famílias do poder é também identificar as pessoas que ditam as regras do mercado e do Estado. É identificar a dimensão material e simbólica do poder a partir do peso do capital que os agentes possuem.

A genealogia, nesse sentido, tem permitido a construção das redes de atuação desses grupos, das famílias do poder, que formam a classe dominante no país; dá-nos o caminho para identificar, com nome, sobrenome e CPF, quem são os indivíduos que constituem esta fração de até 1% da população que detém o controle das principais instituições e, com o auxílio da estatística, dar visibilidade ao volume de capital, recursos e patrimônio destes indivíduos. Este é o desafio de uma Sociologia que se pretende crítica e capaz de desvendar os processos de dominação e a lógica de reprodução das desigualdades na sociedade brasileira: construir um campo de pesquisa sobre as famílias históricas pertencentes à classe dominante, dando visibilidade à concentração de poder e riqueza e, por consequência, denunciando a reprodução das desigualdades históricas decorrentes da concentração.

Com isso, a genealogia – como recurso metodológico – afasta-nos de uma compreensão “metafísica”, abstrata e, muitas vezes, ahistórica das ações desenvolvidas e impulsionadas pelas famílias do poder. Permite assim, atrelada a

outros recursos (estatística, análise do discurso, pesquisa documental, método histórico-dialético, etnografia) entender como se dá a reprodução social da classe dominante em longo período de duração, reconstruindo as redes e as estruturas de poder político e econômico (conforme tentarei exemplificar no Tópico 3). E, assim, desvendar os sistemas de dominação construídos pela classe dominante, sem cair na abstração de falar em Classe, Estado e Mercado, como instituições “impessoais”, quase que “metafísicas”, que operam sem sujeitos. Estes recursos nos auxiliam a pensar os indivíduos, as famílias que pertencem e, por consequência, a classe na qual estão situados e posicionados, mensurando e medindo o peso dos variados capitais acumulados pelos agentes. Com isso, foge-se da falsa aparência – repetida e reproduzida por nossa linguagem – de que as instituições agem. As instituições não agem sozinhas. Indivíduos de carne e osso fazem, agem e ditam regras e comportamentos das instituições. Poucos e privilegiados indivíduos de carne e osso tem ditado os destinos de milhões de outros indivíduos, ao ocupar posições estratégicas no aparelho de Estado e no mercado, nas diversas instituições de controle da frágil “república brasileira”.

Nome e sobrenome: exemplos de famílias do poder e o poder das famílias

No dia 17 de abril de 2016¹² se tornou visível à centralidade que as famílias dominantes ocupam no parlamento. Viu-se como as famílias históricas, pertencentes à classe dominante, ocupam as tomadas de decisões no país, por meio de suas ações/votações no parlamento. Uma rede de televisão – concessão pública – controlada por uma poderosa família do poder realizou a cobertura da espetacularização do Golpe de 2016. Em nome da “família”, parlamentares pertencentes às tradicionais famílias do poder, realizaram a ruptura. Em nome da manutenção dos privilégios e da construção de uma agenda que beneficiassem as famílias de banqueiros, (representados pela FEBRABAN), de industriais (representados pela FIESP) de aglomerados midiáticos, da “elite” de toga e das oligarquias políticas, realizaram a ruptura, tendo como justificativa a mesma narrativa que conduziu o país ao Golpe de 1964: o combate à corrupção.

Os parlamentares pertencentes às tradicionais oligarquias e, muitos deles, financiados pela oligarquia do dinheiro “donos do capital” (que se concentram em poucas famílias: Marinho – organizações Globo; Safra – Banco Safra; Morei-

¹² Câmara aprova processo de impeachment de Dilma. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html>. Acesso. 24. Setembro. 2017.

ra Salles – Banco Itaú-Unibanco, dentre outras)¹³ proferiram a palavra “família” por 151 vezes, quando somada a outras palavras vinculadas a este universo semântico – irmão, neto, pai, filho, mãe, avô – ultrapassaram 233 nas notas taquigráficas¹⁴. Isto talvez não significasse muita coisa se:

1. a unidade colonizadora do país não fosse à família patriarcal, esta que se constituiu em uma configuração de dominação sobre a égide do sistema escravocrata, em que o privilégio e da violência, tornaram-se práticas legitimadoras das ações desenvolvidas pelas famílias do poder.

2. a grande mídia no Brasil não fosse controlada por aproximadamente 9 (nove) famílias, que detém o controle de aproximadamente 70% das informações: 1) Marinho (Globo); 2) Abravanel (SBT); 3) Civita (Abril); 4) Frias (Folha); 5) Macedo (Record); 6) Mesquita (O Estado de São Paulo); 7) Saad (Band); 8) Levy (Gazeta); e 9) Nascimento Brito (Jornal do Brasil)¹⁵;

3. seis indivíduos não concentrassem a riqueza que a metade da população do país mais pobre, ou seja, o equivalente a 100 milhões de brasileiros, são eles: Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermírio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim)¹⁶;

4. a política e o Congresso não fossem um negócio de família;

Levantamento da Revista Congresso em Foco (2017) destacou que dos 513 deputados e dos 81 senadores, 319 deputados, o que corresponde a 62% e 59 senadores, o que corresponde a 73%, têm laços de sangue com outros políticos. Há, segundo o levantamento, parlamentares com sobrenomes associados nacionalmente à política, como Maia, Calheiros, Cunha Lima, Caiado, Barbalho, Sarney e Magalhães. Estas são algumas das famílias do Brasil que, em seus estados, controlam as principais instâncias de poder - prefeituras, cartórios,

¹³ Os 10 homens mais ricos do Brasil. Disponível em <http://top10mais.org/top-10-homens-mais-ricos-do-brasil/> Acesso. 07.Outubro.2017.

¹⁴ Disponível em <https://conteudo.imguol.com.br/blogs/52/files/2016/04/integra-impeach-17Abr.pdf>. Acesso 18.setembro.2017.

¹⁵ As 9 famílias donas da mídia no Brasil. Disponível em <http://saraiva13.blogspot.com.br/2014/02/as-9-familias-donas-da-midia-no-brasil.html>. Acesso. 13. Outubro. 2017.

¹⁶ Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531_079176.html. Acesso. 12.Outubro.2017.

câmara de vereador, tribunais de contas, assembleias legislativas estaduais, executivo estadual, câmara dos deputados, senado, cargos no sistema de justiça, dentre outras. Nesse sentido, investigar o parlamento ou qualquer instituição da “república” brasileira, sem a variável família, muito dificilmente se entenderá, a lógica de dominação e distribuição de desigualdades que são resultados da concentração de poder e riqueza no país.

Passado um ano após o Golpe de 2016, o presidente golpista e ilegítimo – Michel Temer – reúne Ministros e os representantes do Senado e da Câmara para uma solenidade de “avaliação” do seu governo. Ao seu lado direito, o vice-presidente do Senado, que passou a ocupar a cadeira de presidente, à época, o Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), substituindo o presidente Eunício Oliveira (PMDB). E, ao seu lado esquerdo, o presidente da Câmara dos Deputados, o deputado federal Rodrigo Maia (DEM-RJ). A simples foto, na figura 01, não revela, a princípio, o poder das famílias as quais pertencem tais agentes. Estes, na mídia local, muitas vezes, são apresentados como “jovens idealizadores da política nacional”. O recurso à genealogia, para tanto, possibilita compreendê-los situados na teia de nepotismo pela qual se perpetuam no poder.

A foto da Figura 1 é emblemática. Muitos dos parlamentares que estão nela, compõem a lista daqueles que constitui um Congresso significativamente corrupto¹⁷. Este que justificou a retirada da presidente Dilma Rousseff pelas ditas “pedaladas fiscais”, mas garante a permanência de Michel Temer na presidência, embora denunciado pela Procuradoria Geral da República por vários crimes, dentre eles corrupção passiva¹⁸. As pedaladas fiscais configuravam-se em prática realizada por vários presidentes, e que, a partir da primeira mulher presidente, é transformada em crime. Na foto da Figura 1, os três que se encontram no centro da imagem (representando o poder executivo, o presidente ilegítimo Michel Temer no centro; Cássio Cunha Lima – representando o Senado, ao lado direito de Michel Temer; e Rodrigo Maia, ao lado esquerdo do presidente ilegítimo) foram indiciados por práticas de corrupção. Tanto o representante do Senado como o representante da Câmara dos Deputados, pertencem às tradicionais oligarquias.

A foto da Figura 1 esconde as linhagens, o poder, a riqueza, e os cargos que as famílias destes parlamentares possuem. Esconde o poder destas famílias do poder. Esconde o poder das oligarquias. O poder que estas famílias pertencem-

¹⁷ Congresso corrupto salva temer e deixa o brasil governado pelo crime. Disponível em <https://www.brasil247.com/pt/247/brasilia247/309645/Congresso-corrupto-salva-Temer-e-deixa-o-Brasil-governado-pelo-crime.htm>. Acesso. 13.Outubro.2017.

¹⁸ Procurador-geral da República denuncia Temer por corrupção passiva. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/brasil/procurador-geral-da-republica-denuncia-temer-por-corrupcao-passiva-21522676.html>. Acesso. 13.Outubro.2017.

tes à classe dominante no Brasil possuem. Esconde a teia de nepotismo na qual estão situadas as famílias do poder. A genealogia, por sua vez, evidencia. O diagrama de parentesco permite visualizar a rede de poder e riqueza na qual os agentes estão inseridos. Com isso, dá-se visibilidade aquilo que não está revelado na imagem. Aquilo que não está tão perceptível, dito, mas que, pela imagem, já sinaliza posições estratégicas de poder por parte dos agentes que nela se encontram.

FIGURA 1 – Reunião Ministerial – Balanço de um ano do governo Golpista Michel Temer



Fonte: Disponível em: <http://www.jb.com.br/media/fotos/2017/05/12/627w/em-reuniao-ministerial-michel-temer-faz-balanco-de-um-ano-de-governo.jpg> Acesso em 07.Outubro.2017.

Se pela imagem não se torna possível traduzir a rede de poder construída pelo parlamentar Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e pelo parlamentar Rodrigo Maia (DEM-RJ). Através do diagrama de parentesco é possível visualizar e representar a historicidade do poder e os cargos ocupados por estes parlamentares pertencentes às tradicionais famílias do poder. A título de ilustração, tendo como recursos metodológicos da genealogia, apresentam-se, nas Figuras 2, 3, 4 e 5, os diagramas de parentesco referente à família Cunha Lima e a Família Maia. Este recurso, para tanto, pode ser usado com qualquer outra família do poder, pertencente à classe dominante no país, e com isso identificar a força política e/ou econômica que possuem, a partir dos cargos e das posições que

ocupam no aparelho de Estado (nas mais diversas instituições da república – legislativo; judiciário, executivo, TCU, TCE, Ministério Público, dentre outras) e no mercado (empresas, escritórios de advocacia, faculdades particulares, dentre outras)

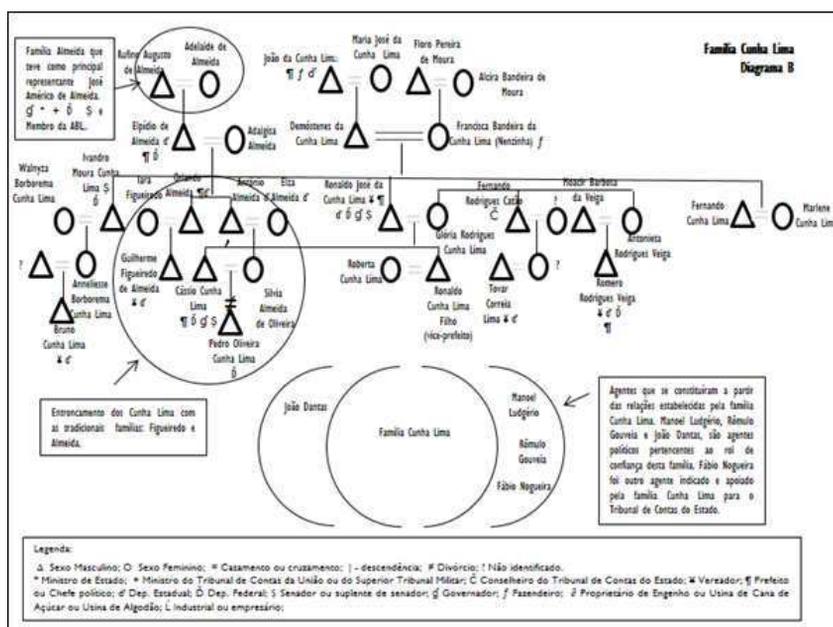
A figura 2 apresenta o diagrama de parentesco da família Cunha Lima. A família Cunha Lima tem como reduto eleitoral Campina Grande, município do interior da Paraíba, mas exerce poder e influência para além do Estado. Trata-se de uma das famílias do poder (oligarquia) do Estado da Paraíba, que tem inserção e exerce controle sobre o segundo maior orçamento público do Estado: o orçamento do Município de Campina Grande. Este município é governado por Romero Rodrigues (PSDB), primo do Senador Cássio Cunha Lima (PSDB). Romero Rodrigues, por assim dizer, é o prefeito do maior colégio eleitoral do interior do Estado, bem como o maior orçamento público do Estado, perdendo apenas para a Capital João Pessoa. Além disso, a família, nesta cidade, também controla o maior e único cartório de bens e imóveis do município. O cartório é “propriedade” do tio do senador, o ex-senador Ivandro Cunha Lima. Este que é irmão do ex-senador e ex-governador Ronaldo Cunha Lima, pai do senador Cássio Cunha Lima, conforme é possível visualizar no diagrama de parentesco Figura 2. Além do Cartório, expande-se o poder da família Cunha Lima nas nomeações e inserções de familiares do Senador Cássio Cunha Lima no Tribunal de Contas do Estado. Fernando Catão, tio do senador Cássio Cunha Lima, pela linha materna e Artur Paredes Cunha Lima, primo do senador pela linha paterna, são dois Conselheiros deste órgão de controle das contas públicas no Estado.

O diagrama de parentesco, da Figura 2, nesse sentido, é uma representação “gráfica” do poder de uma das famílias do poder. O poder construído no decorrer de um processo histórico, na relação que esta família passou a estabelecer com o Estado, demonstra os principais cargos da alta burocracia estatal (quer seja eletivo ou não) ocupados pela família Cunha Lima. Algo que por si já demonstra o peso que exerce esta família nas decisões das várias instituições do Estado.

A família Cunha Lima (Figura 2) construiu ao longo dos últimos setenta anos uma estrutura de poder político, por meio da rede de parentes e da parentela, que tem permitido não só se manter como controlar e se reproduzir em diversas instâncias estratégicas da ação política no Estado. O controle na década de 1980, por meio do agente político Ronaldo Cunha Lima, do principal município do Estado – Campina Grande – e a representação no Senado do seu irmão Ivandro Cunha Lima, possibilitou o fortalecimento do grupo familiar

que, desde 1935, já possuía relações políticas no Estado e controle sobre alguns municípios na região do Brejo e do Curimataú.

Figura 2: Diagrama de Parentesco Político da Família Cunha Lima (1870-2015)



Fonte: MONTEIRO, 2016.

A estrutura de poder político e econômico montada pelo grupo Cunha Lima na prefeitura do segundo maior colégio eleitoral e no executivo estadual, quando à época teve pai e filho, respectivamente, a frente destes poderes possibilitou construir uma rede de agentes vinculados ao grupo familiar que vão do Legislativo Municipal à Câmara Federal e ao Senado, perpassando pelos principais órgãos de controle do Estado como o Tribunal de Contas, no qual a família tem dois representantes Fernando Rodrigues Catão e Artur Paredes da Cunha Lima, conforme já destacado. O primeiro tio do atual senador da república e primeiro vice-presidente do senado Cássio Cunha Lima (PSDB); e o segundo primo legítimo de seu pai Ronaldo Cunha Lima.

As estratégias matrimoniais estabelecidas com as famílias do poder também se tornam visíveis. A família Cunha Lima possui entroncamento com as tradicionais famílias que administraram o município de Campina Grande, o que potencializou o capital político do grupo, ao tempo que também ampliou o capital econômico. O senador Ivandro Cunha Lima casou-se com Walniza Bor-

borema Cunha Lima, pertencente à família do ex-prefeito Vergniaud Borborema Wanderley que governou Campina Grande de 1935-1938 e de 1940-1945. O senador Cássio Cunha Lima, por exemplo, foi cassado com Silvia Almeida, neta de um ex-prefeito da cidade e sobrinha de um ex-deputado estadual.

Nesse sentido, pela linha materna, o mais novo herdeiro da família Cunha Lima, o deputado federal Pedro Cunha Lima (PSDB) é bisneto do ex-prefeito de Campina Grande Elpídio de Almeida (1947-1951; 1955-1959), pertencente a tradicional família de José Américo de Almeida (ex-governador, ex-ministro de Estado e ex-senador e membro da Academia Brasileira de Letras) e pela linha paterna neto do ex-governador e ex-senador Ronaldo Cunha Lima e sobrinho-neto do ex-senador Ivandro Cunha Lima. O tio de Silvia Cunha Lima, Orlando Almeida, pai do ex-deputado estadual, Guilherme Almeida, foi o vice-prefeito de Ronaldo Cunha Lima em 1969, quando este foi cassado. Orlando Almeida, por sua vez, casou-se com Iara Figueiredo, filha do ex-governador e ex-senador da Paraíba Argemiro de Figueiredo, tio-avô do atual Ministro do Tribunal de Contas da União – Vital do Rêgo Filho¹⁹. Este que, por sua vez é irmão do deputado federal, pela Paraíba, Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, e filho de Nilda Gondim, atual suplente do senador José Targino Maranhão, e filha do ex-governador Pedro Gondim (RÊGO, 2008).

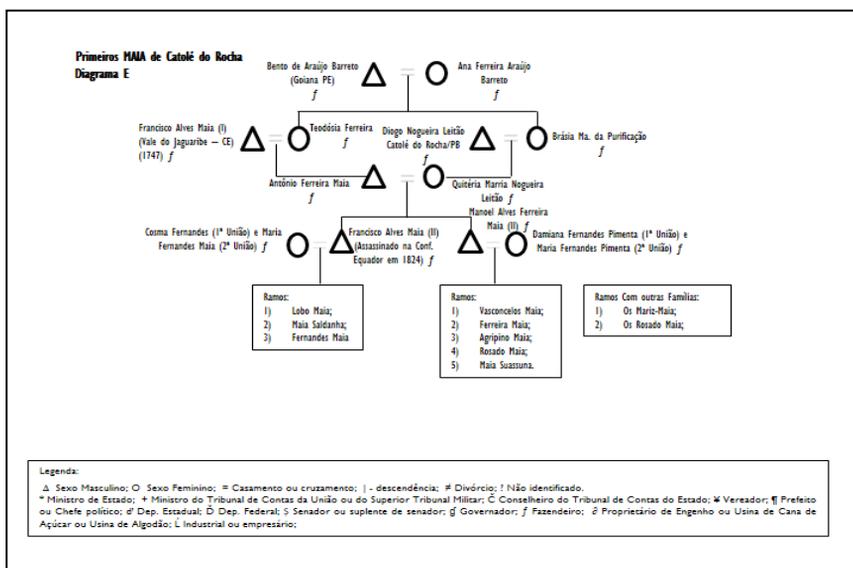
Por meio do diagrama (Figura 2) vê-se a estrutura de poder deste grupo familiar. A família Cunha Lima se apresenta como uma das mais poderosas famílias do Estado em termos de inserção de agentes na máquina pública ocupando cargos estratégicos na alta burocracia do Estado. Na Assembleia Legislativa Estadual apresenta dois familiares (Bruno Cunha Lima e Artur Cunha Lima Filho) e um na Câmara Federal (Pedro Cunha Lima, filho do senador). Soma-se a isso o fato de ter constituído agentes que historicamente estão alinhados à família através da parentela. Tovar Correia Lima, deputado estadual, casado com a filha de um dos Conselheiros do Tribunal de Contas, Fernando Rodrigues Catão, tio do senador. O deputado federal Rômulo Gouveia, o deputado estadual Manoel Ludgério e o vereador João Dantas; além do Conselheiro do Tribunal de Contas, Fábio Nogueira. Agentes estes que estão em cargos de representação nacional estadual e municipal, respectivamente; bem como em órgãos de controle, o que só amplia o poder e a influência desta família.

Nesta mesma esteira de poder, e sendo uma família, ainda mais poderosa, se encontra a família Maia, da qual advém o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM). A figura 3 é a representação gráfica, por meio do diagrama, da Família Maia. Os diagramas, correspondentes as Figuras 3, 4 e 5, representam,

¹⁹ A família Rêgo se configura em outra tradicional família do poder. Oligarquia que disputa a prefeitura e os principais cargos da república com a família Cunha Lima e a Família Ribeiro. Estas três são as principais famílias do poder que, atualmente, disputam espaços políticos na Paraíba a partir do exercício do poder político de Campina Grande. Ou seja, tomando este município como o principal reduto eleitoral dos grupos familiares. Para um maior aprofundamento ver: MONTEIRO, 2016.

o poderio e os ramos desta poderosa oligarquia nordestina, que se expandiu para outras regiões e estados do país. Trata-se de uma oligarquia que, sendo constituída em Catolé do Rocha, Paraíba, ultrapassaram as fronteiras deste estado, expandindo-se através dos diversos ramos parentais. Teruya (2002), em sua tese, destaca o poderio desta família tomando como análise em seu estudo um século. Por meio de uma pesquisa minuciosa sobre os inventários, a pesquisadora demonstra como a herança foi transmitida de geração a geração aos seus agentes. O diagrama (Figura 3), por exemplo, apresenta-nos os ramos desta poderosa família: Lobo Maia, Maia Saldanha, Fernandes Maia, Vasconcelos Maia, Ferreira Maia, Agripino Maia, Rosado Maia, Maia Suassuna e Mariz-Maia.

Figura 3: Diagrama da família Maia. Os diversos ramos da Família. (1710-1820)



Fonte: TERUYA Apud Monteiro, 2016.

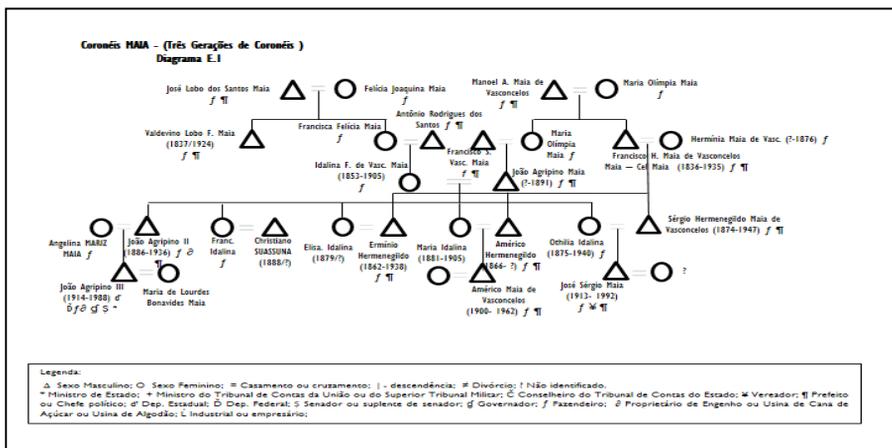
Esta poderosa família expandiu seu poderio e sua influência política para vários estados do país. Os ramos Rosado Maia e Agripino Maia são extremamente influentes nas decisões do Estado do Rio Grande do Norte. Na Paraíba, os Mariz-Maia, na década de 1990, do século passado, chegaram a ocupar o governo do Estado da Paraíba, com o herdeiro Antonio Mariz. Atualmente, no Estado, quem herda o sobrenome e o peso político desta família é o deputado estadual e presidente da assembleia do Estado, Gervásio Maia, conhecido como “Gervazinho” (PSB). A família Maia é, portanto, uma das famílias do poder no Brasil. Família que, historicamente, possuem indivíduos nas diversas instâncias de poder das principais instituições da república e que, portanto, exerce

influência e controle sobre vários orçamentos públicos em estados da federação, com destaque os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e, recentemente, o orçamento da Câmara dos Deputados. É, portanto, o Rio de Janeiro, estado em que Rodrigo Maia foi eleito deputado federal, tendo seu pai, César Maia, como um dos braços da sua candidatura, juntamente com o seu sogro Moreira Franco, deputado federal e ministro do governo Temer.

É da geração dos coronéis (Figura 4) que emergiram dois herdeiros que se tornaram governadores nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, bem como do Estado do Rio de Janeiro: João Agripino III, o seu irmão Américo Maia e o seu primo César Maia. A estrutura de poder montada por esta família, herdeira dos coronéis, ultrapassou as fronteiras do Estado da Paraíba e continua até a atualidade inserindo agentes nas principais casas legislativas da República, chegando, conforme é possível visualizar na Figura 1, Rodrigo Maia, a ocupar o cargo de presidente da Câmara Federal e, na ausência do presidente golpista Michel Temer, a ocupar a cadeira da presidência da “república”.

O domínio que esta família exerceu no período imperial e no período republicano fica configurado no poder que exerciam sobre a terra. Família e terra. Poder e latifúndio. Sobre o latifúndio e a posse de várias fazendas mostra-se sobre qual poder a família passou a se construir uma das oligarquias mais poderosas do país. Os diagramas, contidos nas figuras 2, 3 e 4, representam como parte significativa dos membros destas famílias possuíam fazendas e eram donos de grandes propriedades. Além disso, uma quantidade enorme de indivíduos ocupou e continua a ocupar cargos eletivos de prefeito, deputado estadual, deputado federal, senadores. Além de conselheiros em Tribunais de Contas, Ministros de Estados, Diplomatas, dentre outros cargos da alta burocracia estatal.

Figura 4: Diagrama da família Maia. Três gerações de coronéis. (1830-1940)



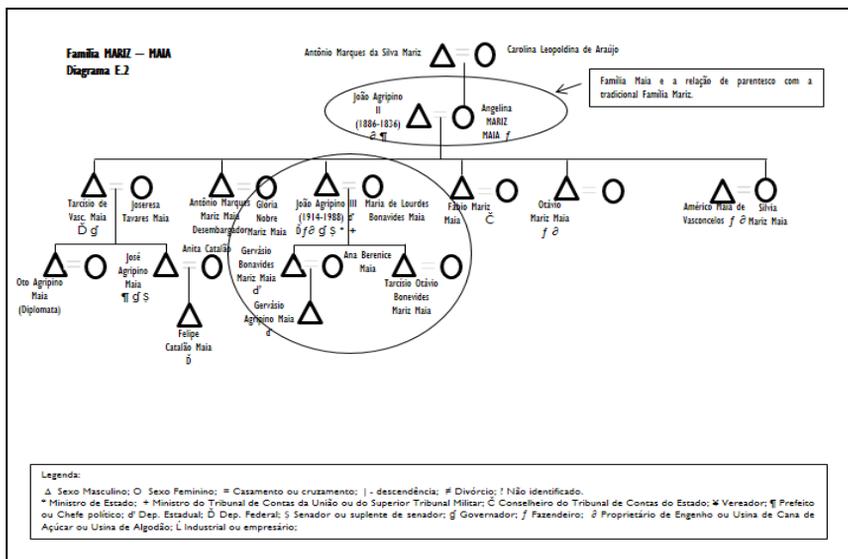
Fonte: TERUYA Apud Monteiro, 2016.

Embora, na Paraíba, esta família tenha perdido espaço, vê-se que em Estados como Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro ainda continuam “representando a população” nas duas casas de maior poder e representação da República. José Agripino Maia e Felipe Maia, pai e filho, senador e deputado federal, respectivamente, são exemplos da força do capital econômico e político familiar desta família do poder. Trata-se, portanto, de uma das famílias do poder e de poder. É uma família que se constituiu na relação direta, umbilical, com o Estado. Família em que seus agentes ocuparam e ocupam os principais cargos da máquina pública, bem como recebem os melhores salários e “privilégios” proporcionados. Trata-se de uma “família histórica do poder” que se reproduz politicamente há mais de séculos e que construiu uma rede duradoura de poder e dominação. E que as estratégias matrimoniais, conforme salienta Teruya (2002) no entrelaçamento e por meio de casamentos entre agentes pertencentes aos diversos ramos e com outras famílias do poder.

A família Maia, na Paraíba, por exemplo, como mencionado, tem como herdeiro o atual deputado estadual, Gervásio Agripino Maia, neto do ex-governador João Agripino III e bisneto de João Agripino II e Angelina Mariz Maia. Família Maia-Mariz é uma das famílias tradicionais do estado, possuindo agentes nos mais variados cargos da alta burocracia do Estado, atuando no ramo empresarial e em escritórios de advocacias, além de procuradorias e outros cargos vinculados à área jurídica. Gervásio Agripino Maia, atual presidente da assembleia estadual da Paraíba, por exemplo, é herdeiro da família Maia e herdeiro da tradicional família Mariz. Na verdade, trata-se da mesma família. O casamento de João Agripino II com Angelina Mariz é um dos exemplos das estratégias da classe dominante, conforme destacado acima. Pelo matrimônio amplia-se e reproduz o patrimônio. Para se ter noção do poder desta família: em apenas um período de oito décadas, apenas no Estado da Paraíba, esta família teve três governadores: José Marques da Silva Mariz, em 1935, na condição de Interventor; três décadas após, em 1966, seu primo João Agripino III; e, em 1995, Antonio Marques da Silva Mariz.

A estrutura de poder montada por esta família pode ser percebida através das instâncias de poder que os agentes ocuparam e ocupam. José Marques da Silva Mariz, além de interventor foi deputado estadual e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. João Agripino III foi deputado federal, governador, senador, ministro de estado e ministro do Tribunal de Contas da União. Antonio Mariz, além de prefeito de Sousa e Secretário de Educação no governo de João Agripino III, também foi deputado federal, senador e Governador do Estado.

Figura 5: Diagrama entroncamento da família Mariz-Maia. (1890-2015)



Fonte: TERUYA Apud Monteiro, 2016.

Rodrigo Maia (DEM-RJ), portanto, é o símbolo-mor da crescente oligarquização da política no Brasil. Sua chegada à presidência da república, quando se ausentara o presidente golpista Michel Temer, simbolizou o que há de mais atrasado, em termos político, em nosso país. Simbolizou a chegada de alguém que sempre desprezou o esforço pelo estudo, mas que demonstra na prática a regra de que para ser representante político no Brasil, precisa-se, fundamentalmente, de dois distintivos: o capital econômico e/ou o capital político familiar. Estes estruturam as disputas políticas no país.

Em torno de Rodrigo Maia reúne-se o pertencimento a uma família do poder e o poder de uma família. Rodrigo Maia, como já mencionado, é filho de César Maia, ex-prefeito do Rio de Janeiro, primo do Senador Jose Agripino Maia, Presidente Nacional dos Democratas - DEM e do Ministro do STJ Antonio Herman de Vasconcellos Benjamin. Agripino Maia é pai do deputado federal Felipe Maia (DEM-RN) e primo da também deputada federal Zenaide Maia (PR-RN), que é irmã do ex-deputado federal Joao Maia (PR-RN) e primos do deputado distrital, ex-diretor geral do Senado, Agaciel Maia (PTC-DF). Rodrigo Maia

é enteado de Moreira Franco, o “angorá”, condenado²⁰ e indiciado por diversos crimes, ex-governador do Rio de Janeiro, Ministro Chefe da Secretária-geral da Presidência no governo golpista de Temer. Rodrigo Maia é casado com Patrícia Vasconcellos, filha de Clara Maria Vasconcellos Moreira Franco, segunda mulher de Moreira Franco. Clara Maria Vasconcellos Torres é filha do falecido político e Senador fluminense Joao Batista de Vasconcellos Torres.

Breves considerações

Tomar como objeto sociológico o controle e o domínio das instituições do Estado e do mercado por poucas e privilegiadas famílias (famílias do poder) é um dos elementos importantes para compreender a desigualdade no país. O fenômeno da oligarquização é a configuração pela qual se encontra estruturada a lógica da dominação política no Brasil pela classe dominante. Seis em cada dez parlamentares tem parentes na política²¹. Isto tem contribuído, dentre outras variáveis, para a concentração de poder e riqueza. Os diagramas deixam evidente esta concentração. Há, em curso, o fortalecimento do fenômeno da oligarquização do poder político e do poder econômico e midiático no país. Tais oligarquizações tem se constituído por famílias, com nomes e sobrenome, que se construíram na relação umbilical entre as instituições do Estado e do mercado, e ocupam os principais cargos da alta burocracia estatal, cargos eletivos e os melhores postos no mercado. São elas que têm, em parcerias com interesses de poderosos grupos externos, ditado os rumos da economia e os destinos de milhões de brasileiros.

A oligarquização é um fenômeno crescente e se constitui a partir daqueles que estão situados e perfazem os privilegiados agentes pertencentes às famílias situadas em até 1% da população mais rica do país. Estas são, portanto, as famílias do poder e dos privilégios. Em grande sentido formam as quatro “elites” que constituem a classe dominante no país. Classe esta composta por famílias de: banqueiros, midiocratas, grandes empreiteiros, grandes proprietários rurais e urbanos, rentistas, altos funcionários públicos, administradores, executivos e burocratas do sistema privado e agora, centralmente, no sistema judicial, por alguns tipos de magistrados, juízes, procuradores, jornalistas, comunicadores e marqueteiros, com altíssimas remunerações.

²⁰ Moreira Franco condenado a devolver 2 milhões para o Estado do Rio. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,moreira-franco-e-condenado-a-devolver-r-2-milhoes-para-o-estado-do-rio,70001921528>. Acesso. 06.Outubro.2017.

²¹ Congresso um negócio de família. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/congresso-um-negocio-de-familia-seis-em-cada-dez-parlamentares-tem-parentes-na-politica/> Acesso. 29.setembro.2017.

Esta estrutura montada e arquitetada da classe dominante se constitui pelas poucas e privilegiadas famílias do poder. As que acumulam riqueza e poder e as transmitem, por meio de diversos mecanismos, com especial destaque a herança. Famílias afortunadas que, atuando em parceria – quando não são a proprietária dos meios de comunicação em seus estados – produz a ideologia dominante, que é legitimada pela lógica de que a riqueza advém do “mérito” e do “esforço individual”. Estes tidos como naturais, o que tem permitido e possibilitado, a legitimação e a reprodução perversa das desigualdades em nosso país. Os mecanismos do aparelho de Estado, sustentada pelo arcabouço jurídico e alicerçada pela mídia, tem servido para reforçar as dimensões ideológicas, e permitido o funcionamento e a reprodução dos privilégios em escala nacional. O Estado brasileiro é modelado de tal forma que a atividade do poder público – desde a elaboração das leis até a definição e execução das políticas públicas, é moldado para atender os interesses da classe dominante e só de forma residual os interesses coletivos da maioria.

Curitiba, 18 de maio de 2017.

Palestra proferida no VII Seminário

Nacional de Sociologia e Política da UFPR

(dados e referências atualizados em setembro de 2017)

Mesa redonda: Família e Classes Sociais

promovida pelo NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR)

Referências

AFONSO, José Roberto (2014). IRPF e Desigualdade em debate no Brasil: o já revelado e o por revelar. RJ: Tese de doutorado FGV.

CANEDO, Leticia Bicalho. (1997). As metáforas da família na transmissão de poder político: questões de método. Cadernos CEDES, Campinas, v. 18, n. 42, ago.

CATTANI, Antonio David & OLIVEIRA, Marcelo Ramos (Org.). (2012). A sociedade justa e seus inimigos. Porto Alegre: Tomo Editorial.

GOULART, Monica Helena Harrich Silva (2014). A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930). Jundiaí: Paco Editorial.

HOFFMANN, Rodolfo. (1998). A Subdeclaração dos Rendimentos. São Paulo em Perspectiva, vol. 2, nº 1, PP. 50-54.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro e; CASTRO, Fábio. (2015). O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 58, nº 1, PP. 7-36.

MONTEIRO, Jose Marciano. (2016). A Política como Negócio de Família: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar. São Paulo: LiberArs, 2016.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (2001) O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (2012). Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (2015) Famílias políticas, desigualdade e estratificação social no Brasil contemporâneo. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre, 2015, disponível em http://www.academia.edu/12814454/Fam%C3%ADlias_Pol%C3%ADticas_Desigualdade_e_Estratifica%C3%A7%C3%A3o_Social_no_Brasil_Contempor%C3%A2neo Acesso em 14 novembro de.

PIKETTY, Thomas. (2013). O Capital no Século XXI. Rio de Janeiro, Editora Intrínseca.

RÊGO, André Heráclito (2008). Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo: Girafa.

SOUZA, Jessé (2016). A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya.

TERUYA, Marisa Tayra (2002). Trajetória sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba (1870-1970). Tese de Doutorado. FFLCH- USP, São Paulo.

VANALI, Ana Christina. (2013). A erva-mate e a política paranaense: análise da legislação provincial para a economia ervateira (1854-1889). Curitiba: Instituto Memória.